



## OS EFEITOS DO ASSOCIATIVISMO NO DESEMPENHO PARLAMENTAR FEMININO

### THE EFFECTS OF ASSOCIATIVISM ON FEMALE PARLIAMENTARY PERFORMANCE

### LOS EFECTOS DEL ASOCIATIVISMO SOBRE EL DESEMPEÑO PARLAMENTARIO FEMENINO

Ana Paula Cavalcante Limão da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo analisa a relação entre representação e participação política, a partir do estudo da influência que os vínculos associativos exercem no desempenho e na atividade parlamentar das deputadas federais que exerceram mandatos nas legislaturas de 2003-2007, 2007-2011, 2011-2015. O referencial teórico apresenta o estudo de M. Warren que trata das relações entre democracia e associações. Os dados foram coletados no Portal da Câmara dos Deputados. Investigamos o número de projetos propostos pelas deputadas e a presença delas em cargos de liderança. A partir desses dados buscamos relacioná-los com os vínculos associativos das parlamentares e verificar se esses vínculos estabelecidos previamente à entrada no parlamento são capazes de influenciar o desempenho parlamentar feminino, e assim, contribuir com o debate sobre a relação entre participação e representação para a legitimidade democrática.

**Palavras-chave:** Associativismo e democracia; Deputadas federais brasileiras; Participação e representação política.

**Abstract:** The article analyzes the relationship between representation and political participation, based on the study of the influence that associative bonds exert on the performance and parliamentary activity of federal deputies who served in the 2003-2007, 2007-2011, 2011-2015 legislatures. The theoretical framework presents the study by M. Warren that deals with the relationship between democracy and associations. Data were collected on the Chamber of Deputies Portal. We investigated the number of projects proposed by female MPs and their presence in leadership positions. Based on these data, we seek to relate them to the associative links of female parliamentarians and verify whether these links established prior to entering parliament are capable of influencing female parliamentary performance, and thus contribute to the debate on the relationship between participation and representation for the democratic legitimacy.

**Keywords:** Associativism and democracy; Brazilian federal deputies; Political participation and representation.

**Resumen:** El artículo analiza la relación entre representación y participación política, a partir del estudio de la influencia que ejercen los vínculos asociativos en el desempeño y actividad parlamentaria de los diputados federales que se desempeñaron en las legislaturas 2003-2007, 2007-2011, 2011-2015. El marco teórico presenta el estudio de M. Warren que aborda la relación entre democracia y asociaciones. Los datos

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Ciências Sociais Licenciatura pela Universidade Estadual de Maringá (2007), graduação em Ciências Sociais Bacharelado pela Universidade Estadual de Maringá (2010), Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (2015) e Doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (2019). É pesquisadora do projeto Mulheres Eleitas (LAPPCOM-UFRJ). Tem experiência na área de Ciência Política e Sociologia, com ênfase nos seguintes temas: associativismo, democracia, gênero, participação e representação política e políticas públicas, e-mail: paulacavalcante7@hotmail.com, orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5640-5547>.

fueron recolectados en el Portal de la Cámara de Diputados. Investigamos la cantidad de proyectos propuestos por mujeres parlamentarias y su presencia en puestos de liderazgo. A partir de estos datos buscamos relacionarlos con los vínculos asociativos de las parlamentarias y verificar si estos vínculos establecidos antes de ingresar al parlamento son capaces de influir en el desempeño parlamentario de las mujeres, y así contribuir al debate sobre la relación entre participación y representación para la legitimidad democrática.

**Palabras clave:** Asociativismo y democracia; Diputados federales brasileños; Participación y representación política.

## 1 Introdução

O objetivo geral deste artigo é analisar a relação entre representação e participação política a partir do estudo da influência que os vínculos associativos exercem no desempenho e na atividade parlamentar de grupos sub-representados no Brasil, tomando-se como referência as deputadas federais que exerceram mandatos nas legislaturas nº 52, 53 e 54. A hipótese desta pesquisa é a de que os vínculos associativos importam para o desempenho das deputadas, logo essa influência pode ser identificada nas suas atividades parlamentares. Essa hipótese se construiu nas pistas de um debate bibliográfico que nos propõe considerar, de um lado, as relações entre representação e participação política, e de outro lado, as relações entre democracia e associações, para um entendimento mais adequado da ação representativa nas democracias contemporâneas e de suas condições de legitimidade, a partir da relação entre associativismo e democracia.

Com base em uma bibliografia que evidencia as relações entre democracia e associativismo, a principal pergunta que permeia esta pesquisa é qual o impacto dos vínculos associativos no desempenho parlamentar das deputadas federais consideradas, por meio da proposição de projetos e cargos de liderança ocupados por essas mulheres. Essa pesquisa, portanto, tem por fim saber, para o caso das deputadas, se os vínculos associativos estabelecidos previamente à entrada no parlamento são capazes de influenciar o desempenho parlamentar feminino nessa instituição, pretendendo, assim, contribuir com o debate a respeito da relação entre participação e representação para a legitimidade democrática.

## 2 Democracia, associativismo e representação política

As associações podem gerar efeitos democráticos no indivíduo, na esfera pública e institucional (WARREN, 2001). Optamos por analisar esses efeitos em um grupo sub-representado, as mulheres, tomando-se como referência o caso das deputadas federais presentes nas últimas três legislaturas. Visto que esses efeitos podem ser ainda mais relevantes para democracia quando proporcionam maior inclusão e eficácia aos grupos minoritários na política. Nesse contexto, este artigo inspirou-se em proposições teóricas que concebem a representação política de forma dinâmica, tendo como referência os trabalhos de Hanna F. Pitkin (1972), Iris Marion Young (2006) e Nádía Urbinati (2006), e fundamentou-se, para a construção de suas hipóteses, no trabalho de Mark Warren (2001).

Para Pitkin (1972), o teste da representação não consiste restritamente em um líder eleito, mas como ele vai agir, sendo responsivo aos seus eleitos. A autora destaca a expressão "agir por" para explicar o conceito teórico da representação substantiva. Ou seja, quando o eleito vai agir pelos eleitores podemos supor que esses eleitores são elementos da representação política. Nesse ínterim, a filósofa ressalta que o processo representativo requer uma representação de correspondência entre eleito e eleitores. Há diferenças entre eles, que são importantes, mas essa relação deve estabelecer igualdade. Por isso, o conceito de representação proposto por ela considera a representação como uma atividade substantiva e um processo contínuo.

Young (2006) afirma que a representação envolve uma relação entre representantes e representados que se dispersa no tempo e no espaço. Para a autora a representação deve relacionar as ações de pessoas e instituições de um determinado local a processos que se dão em muitos outros locais e instituições. Isso ocorre a partir das conexões ente Estado e sociedade. Assim, representação e a participação buscam uma à outra para que ocorra uma política democrática. Mas, quando a representação se restringe apenas ao momento da eleição, as relações entre representante e representados tendem a enfraquecer, pois o Estado e a própria sociedade não estão participando do processo representativo. Como consequência, os interesses dos indivíduos não estão representados e o representante age conforme os seus próprios interesses.

Urbinati (2006) construiu uma importante análise teórica acerca das condições que podem tornar a representação democrática uma forma de participação política. Segundo a autora, a representação é um "processo circular entre as instituições estatais e as práticas sociais" (URBINATI, 2006, p. 192). Ou seja, a representação proporciona *links* entre o Estado e sociedade que fortalecem a democratização da representação. Assim, os atores sociais são representados na esfera pública e participam do processo político, na medida em que são envolvidos nos debates, tomadas de decisões e *accountability*. Em suma, para a autora a representação política é o *link* que conecta o Estado e a sociedade. Por isso, as relações sociais estabelecidas pelos atores que circulam entre aquelas esferas influenciam o processo político. As práticas representativas exigem que os indivíduos formulem uma heterogeneidade de interesses para serem inseridos na esfera pública.

Esse quadro teórico afina-se a outros estudos que buscam compreender quais os meios que podem contribuir para interação entre Estado/sociedade, por meio de práticas representativas e participativas. O autor Warren (2001) está preocupado em mostrar como as associações podem impactar a prática representativa, inserindo novos grupos na política e disponibilizando recursos e habilidades para os seus membros. O autor afirma que as associações não são politicamente suficientes, mas podem contribuir para que os espaços de inserção política prosperem.

## 2.1 Efeitos democráticos gerados pelas associações

Há estudos que se preocupam em analisar o impacto da participação política para a democracia, com destaque para o associativismo (BAGGETA, 2009; LÜCHMANN, 2011; WARREN, 2001). Nesse sentido, Corole Pateman (1992) argumenta que a participação é construída a partir do incentivo das capacidades sociais e políticas dos sujeitos sociais. Assim, o processo democrático deve envolver todas as esferas, para que os indivíduos se envolvam em um processo que desperte o interesse e o desenvolvimento de características necessárias à democracia. Isso se dá por meio da conexão entre Estado e sociedade. Por isso, “a principal função da participação na teoria da democracia participativa é, portanto, educativa” (PATEMAN, 1992, p. 61). Com efeito, quanto mais o indivíduo participa, maiores são as suas habilidades políticas.

Warren (2001) apresenta três tipos de efeitos democráticos que são gerados pelas associações: efeitos no desenvolvimento dos indivíduos, os efeitos nas esferas públicas e os efeitos institucionais. Conforme as palavras do autor,

These effects are, of course, distinguishable from individual and public sphere effects only for analytic purposes; in reality, the institutional effects are intertwined with others. Political representation and democratic legitimacy, for example, both depend on public judgment subsidiarity –when associations function as devolved venues members (WARREN, 2001, p. 181).

Os efeitos no desenvolvimento dos indivíduos, Warren (2001) expõe como exemplo, as seguintes capacidades: eficácia, informação, habilidades políticas, virtudes cívicas e qualidades críticas. Segundo o autor “efficacy is the feelings that one could have on impact on collective actions if one so choose to do so” (WARREN, 2001, p. 71). Assim, o indivíduo tende a desenvolver o sentimento de eficácia política e de autoconfiança participando das ações coletivas. Em parte, esse sentimento promove a chance de o ator social fazer a diferença nas suas relações políticas e isso dependerá de recursos, locais institucionais e oportunidades, conforme as circunstâncias permitirem.

Segundo Warren (2001) a participação em associações pode disseminar informações sobre o processo institucional entre os atores sociais, assim as associações empoderam os cidadãos quando tornam as demandas mais transparentes e promovem mais *accountability*. O autor analisa que esse efeito está presente principalmente em grupos de defesa de interesses públicos que têm infraestrutura e recursos para difundir informações, mas pode ocorrer em outros grupos, como exemplo, os líderes religiosos de algumas associações também podem desenvolver habilidades políticas. Em vista disso, as associações contribuem para o desenvolvimento das habilidades políticas nos indivíduos, no sentido de, por exemplo, falar em público, negociar e criar soluções para problemas.

As associações tendem provir estruturas alternativas de governo, resultando em mais oportunidade de participação e responsividade, promovendo espaços mais eficientes e

democráticos. O Estado cria um complexo sistema de incentivos e monitoramento para avaliar resultados que lhe distânciam dos atores sociais, ao contrário das associações que podem estabelecer, como meios de regulamentação e monitoramento seus recursos sociais baseados na confiança e reciprocidade de seus membros. De acordo com o autor “subsidiarity suggests that units of collective action should be matched to the scale and nature of the problem” (WARREN, 2001, p. 87). Os diferentes efeitos do desenvolvimento político no interior associativo e as capacidades das associações em resolver conflitos, em parte podem ser explicados pela capacidade das associações para coordenação e cooperação, pois elas podem agir como agentes democráticos em um contexto de vulnerabilidade, a partir da redução de interesses competitivos.

### **3 Aspectos metodológicos do estudo**

Para a construção desta pesquisa utilizamos uma metodologia quantitativa. O tema foi motivado pelo artigo Associativismo e representação política feminina no Brasil, realizado pelos autores Almeida, Lüchmann e Ribeiro (2012). Esses autores construíram um banco de dados com o perfil associativo das deputadas federais para as últimas três legislaturas. Esse banco de dados foi complementado com a inserção de novas variáveis que se referem ao tema e número de projetos de lei propostos e aprovados pelas deputadas e cargos de liderança. Para a variável: cargo de liderança, analisamos a presença das deputadas como líder de bancada, líder de partido, presidente/ relatora de comissões, frente de trabalho e grupo de trabalho e Mesa Diretora.

Os dados foram coletados no Portal da Câmara dos deputados, na aba biografia dos parlamentares, e eles dizem respeito às associações que as deputadas declararam em sua página ter participado antes de assumir o mandato parlamentar. Foram considerados todos os vínculos associativos e movimentos sociais citados pelas deputadas federais presentes nas últimas três legislaturas. Esses dados foram testados estatisticamente por meio do teste de correlação de Pearson's R, esse teste é uma medida de associação bivariada, que mede a força do relacionamento entre duas variáveis, aplicando-se para variáveis contínuas. Para verificar se há afinidade temática entre o vínculo associativo das deputadas e os projetos que elas participam no congresso realizou o teste Tau b de associação simétrico, realizado pelo cruzamento de variáveis com iguais quantidades de categorias de respostas, cuja variação é entre -1 e 1. Consideramos para este estudo com um grupo censitário de deputadas federais presentes nas últimas três legislaturas. Para a realização dos testes estatísticos consideramos um número de 157 parlamentares.

Por conseguinte, durante a coleta de dados verificou-se que as deputadas propõem projetos de leis em diversas áreas, tais como saúde, educação, assistência social, trabalho, fiscalização do governo, entre outros. Em vista disso, houve o interesse em identificar se as deputadas mantêm afinidade temática entre proposição de projetos e os vínculos associativos (Sindicatos, associação profissional, organização de mulheres, estudantil, direitos humanos,

comunitária, assistencial, defesa de grupos, religiosa e fiscalização de governo). Podemos observar nessa relação os efeitos institucionais das associações.

A Tabela 1 apresenta o índice de associativismo das deputadas investigadas. Os autores Almeida, Lüchmann e Ribeiro (2012) construíram o índice de associativismo (soma dos vínculos associativos das deputadas). Esse índice levou em consideração uma escala de 0 a 4. Essa escala indica que as deputadas apresentaram até quatro vínculos com diferentes tipos de associações. Conforme os dados apresentados na tabela 1:

**Tabela 1** – Índice de associativismo entre Deputadas Federais, por legislatura:

IA	2003-2007		2007-2011		2011-2015		Agregado	
	N	%	N	%	N	%	N	%
0	16	30.8	18	34.6	22	41.5	<b>56</b>	<b>35,7</b>
1	19	36.5	18	34.6	18	34.0	<b>55</b>	<b>35</b>
2	10	19.2	11	21.2	9	17.0	<b>30</b>	<b>19,1</b>
3	5	9.6	5	9.6	3	5.7	<b>13</b>	<b>8,3</b>
4	2	3.8	-	-	1	1.9	<b>3</b>	<b>1,9</b>
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>100</b>	<b>52</b>	<b>100</b>	<b>53</b>	<b>100</b>	<b>157</b>	<b>100</b>

Fonte: Adaptado do artigo Associativismo e Representação política feminina no Brasil, (ALMEIDA, LÜCHMANN e RIBEIRO, 2012).

A tabela 1 indica o índice de associativismo das deputadas considerado nesse estudo. Nela se verifica que mais de 50% das deputadas apresentam ao menos 1 vínculo associativo, isso pode ser verificado para cada uma das legislaturas estudadas. Já a tabela 2 apresenta a distribuição da frequência das modalidades de associativismo entre as deputadas federais nas legislaturas consideradas. Os autores Almeida, Lüchmann e Ribeiro (2012) classificaram os vínculos associativos encontrados na biografia das deputadas em dez categorias, conforme os dados da Tabela 2:

**Tabela 2** – Modalidades de associativismo entre deputadas, por legislatura (%)

Modalidades de associativismo	2003-2007	2007-2011	2011-2015
Sindicatos	36,5	32,7	22,6
Profissional	25	9,6	5,7
Organização de mulheres	13,5	13,5	17
Estudantil	13,5	15,4	9,4
Direitos humanos	11,5	9,6	9,4
Comunitária	9,6	9,6	9,4
Assistencial	5,8	5,8	3,8
Defesa de grupos	0	3,8	5,7
Religiosa	1,9	3,8	9,4
Fiscalização de governo	1,9	0	0
<b>N</b>	<b>52</b>	<b>52</b>	<b>53</b>

Fonte: Adaptado do artigo Associativismo e Representação política feminina no Brasil, (ALMEIDA, LÜCHMANN e RIBEIRO, 2012).

A Tabela 2 apresenta uma distribuição de frequência das modalidades de associativismo encontradas entre as deputadas nas legislaturas consideradas. Os autores Almeida, Lüchmann e Ribeiro (2012) demonstram que os vínculos associativos mais presentes entre as parlamentares pesquisadas estão relacionados ao mundo do trabalho como sindicatos e organizações profissionais. E, também, os testes estatísticos realizados indicaram um aumento da participação dessas deputadas em associações religiosas combinada com um engajamento em organizações de mulheres. A partir dessa abordagem, os pesquisadores mencionam que as parlamentares podem apresentar mais de um tipo de vínculos associativos. Esses resultados foram obtidos estatisticamente por meio de uma análise fatorial das modalidades do associativismo.

Nesse artigo embasou-se teoricamente no estudo Warren (2001) para observar a relação entre as atividades parlamentares femininas e o índice de associativismo. Assim, o autor nos apresenta os efeitos do associativo em três dimensões: individual, esfera pública e institucional. Portanto, para este estudo buscamos nos aprofundar em dois desses efeitos: individuais e institucionais. Para complementar esta investigação construímos o índice de eficácia. Esse índice resulta da proporção entre projetos aprovados e propostos pelas parlamentares. Por meio da relação entre o índice de associativismo e o índice de eficácia é possível identificar se participação em associações influencia na eficácia parlamentar dessas mulheres.

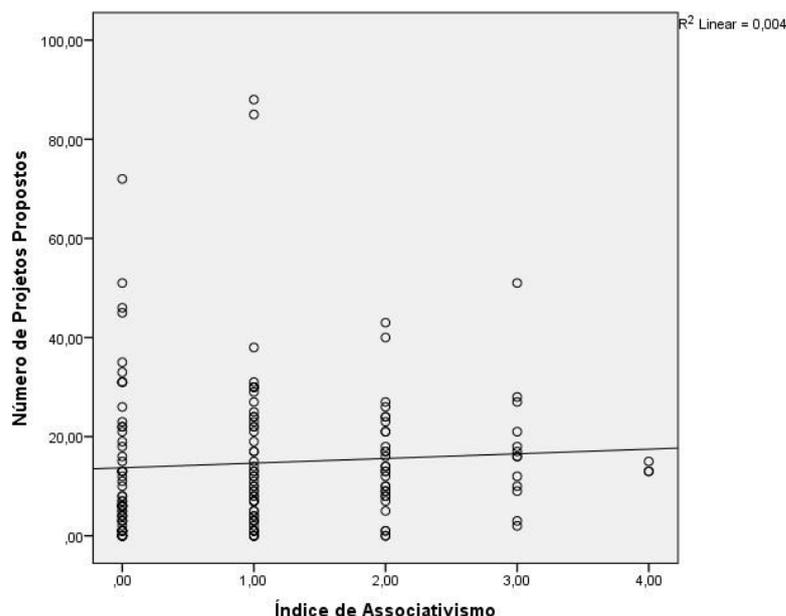
#### **4 Os efeitos individual e institucional do associativismo no desempenho parlamentar feminino**

O tema das relações entre associativismo e democracia é importante para compreendermos a relação entre a participação em associações e os seus efeitos no desenvolvimento individual e institucional das deputadas federais consideradas neste estudo. Os resultados indicam a intensidade da correlação entre as atividades parlamentar feminina (proposição de projetos, projetos aprovados e cargos de liderança) o índice de associativismo dessas mulheres para as três últimas legislaturas.

##### **4.1 Deputadas mais participativas são também as mais ativas no congresso?**

Essa seção apresenta gráficos que demonstram a relação entre o ativismo parlamentar e os vínculos associativos das deputadas. A intenção foi verificar se há correlação entre o número de projetos propostos e o índice de associativismo das deputadas de modo a sabermos se as parlamentares mais participativas são também as mais ativas no congresso.

**Gráfico 1** – Correlação entre número de projetos propostos e índice de associativismo



Fonte: Pesquisa Os efeitos do associativismo no desempenho parlamentar feminino, 2015.

O Gráfico 1 demonstra como as deputadas consideradas neste estudo se posicionam em relação a proposição de projetos e o índice de associativismo. Cada um dos pontos incluídos no gráfico representa uma deputada pesquisada e a sua localização depende dos valores que ela possui em cada variável. Observamos no gráfico que há casos de *outliers*, três deputadas propuseram acima de 70 projetos, enquanto as demais parlamentares apresentaram até 51 projetos.

Quanto à visualização do gráfico, a linha reta indica que há linearidade e a sua leve inclinação em trajetória ascendente informa sobre seu caráter positivo e uma fraca correlação entre as variáveis analisadas. O teste estatístico indica haver uma correlação nula entre vínculo associativo e proposição de projetos. Logo, podemos concluir que as deputadas mais participativas em associações não são, nesse caso, as mais ativas no parlamento.

#### **4.2 As deputadas mais participativas são também as mais eficazes no desempenho de suas atividades parlamentares?**

As habilidades democráticas podem ser desenvolvidas por meio da participação em associações. Segunda Warren (2001), os membros das associações podem desenvolver habilidades de comunicação, políticas, resolução de conflitos, entre outras que contribuem a prática política e a aproximação com a esfera pública. A tabela abaixo apresenta os resultados quanto à participação e eficácia das deputadas investigadas no desempenho de suas atividades parlamentar, com o propósito de identificar se as deputadas mais participativas são também as

mais eficazes no desempenho de suas atividades parlamentares.

**Tabela 3** – Correlação entre número de projetos aprovados e índice de associativismo das deputadas

Número de Projetos Aprovados	Índice de Associativismo					Total
	,00	1,00	2,00	3,00	4,00	
,00	37	36	17	6	2	<b>98</b>
1,00	15	12	9	5	1	<b>42</b>
2,00	3	7	3	1	0	<b>14</b>
3,00	1	0	1	1	0	<b>3</b>
n = 157		Pearson`s R = ,105				

Fonte: Pesquisa Os efeitos do associativismo no desempenho parlamentar feminino, 2015.

Os dados presentes na Tabela 3 demonstram que 98 deputadas não aprovaram nenhum projeto, 42 parlamentares aprovaram 1 projeto, 14 parlamentares aprovaram 2 projetos e 3 parlamentares aprovou 3 projetos. Desse modo, 62,4% das deputadas analisadas não aprovaram nenhum projeto, enquanto 37,6% aprovaram de 1 a 3 projetos. As parlamentares em geral aprovam em média 0,50 projetos. Nesse sentido realizamos um teste Pearson`s R, o qual apresentou uma fraca correlação entre o número de projetos aprovados e o índice de associativismo das deputadas. Assim, nossa hipótese não se confirmou: as deputadas mais participativas não são necessariamente as mais eficazes, considerando-se como tais as que conseguem aprovar projetos.

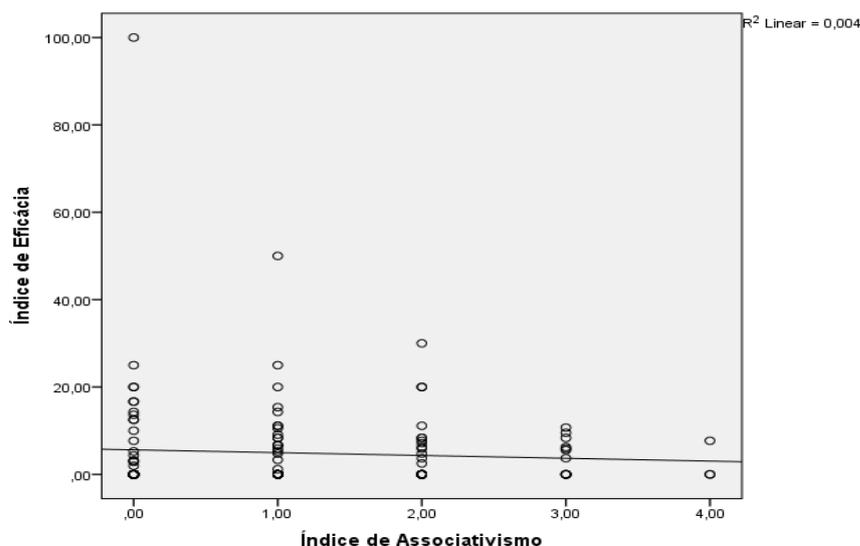
Destacamos que as deputadas propuseram em média 14 projetos, enquanto aprovam em média 0,50 projetos, ou seja, uma proporção de 3,6% de projetos aprovados em relação à média de projetos propostos. Isso implica no baixo índice de eficácia das deputadas analisadas. Diante desses dados, é importante mencionar que a construção de um projeto de lei e a sua respectiva aprovação depende de vários fatores relacionados à dinâmica do parlamento, como influência do Executivo ou as dificuldades de composição da agenda parlamentar. Conforme as palavras de Cruz:

A elaboração de uma lei passa por vários caminhos. Quando apresentadas na forma de projetos de lei, as proposições podem ter seu exame iniciado pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, conforme o caso. No entanto, os projetos de lei devem ser sempre apreciados pelas duas Casas do Congresso e, posteriormente, remetidos ao Presidente da República para sanção ou veto, conforme estabelece a Constituição Federal (CRUZ, 2009, p. 17).

Acrescenta-se que os projetos de leis podem ser complementares ou ordinários, os dois se destinam a alterar leis federais ou criar outras completamente novas. A principal diferença entre eles é que no caso do Projeto de lei complementar a sua aprovação depende da votação da maioria absoluta (CRUZ, 2009). Essas informações podem implicar na quantidade de projetos aprovados pelas deputadas e interferir na relação entre número de projetos propostos e aprovados (eficácia parlamentar feminina), por isso a importância em mencioná-las neste estudo. O Gráfico 2 demonstra a correlação entre o índice de eficácia e o índice de associativismo das deputadas

analisadas. Conforme os dados a seguir:

**Gráfico 2** – Correlação entre índice de associativismo e índice de eficácia das deputadas



Fonte: Pesquisa Os efeitos do associativismo no desempenho parlamentar feminino, 2015.

O Gráfico 2 apresenta o índice de eficácia foi construído por meio da proporção entre projetos aprovados e projetos propostos (PA/PP\*100%). Esse índice mede o quanto as deputadas são eficazes em relação ao percentual do número de projetos aprovados e propostos por essas mulheres. A linha reta indica que existe linearidade e a sua leve inclinação em trajetória descendente informa sobre seu caráter negativo entre as variáveis observadas. Podemos verificar nesse caso que o aumento da variável índice de associativismo diminui a variável índice de eficácia. O teste de correlação de Pearson's R resultou um valor de  $-0,062$ , o que demonstra uma correlação negativa entre as variáveis consideradas. O que nos indica que as deputadas apresentam um baixo índice de eficácia política. Isso ocorre principalmente em relação ao reduzido número de projetos aprovados pelas parlamentares.

A tabela 4 demonstra a relação entre os cargos de liderança que as deputadas participaram nas últimas três legislaturas analisadas e o índice de associativismo dessas parlamentares:

**Tabela 4** – Correlação entre número de cargos de liderança e índice de associativismo

Número de Cargos de Liderança	Índice de Associativismo					Total
	,00	1,00	2,00	3,00	4,00	
,00	41	30	12	6	2	<b>91</b>
1,00	11	17	11	4	1	<b>44</b>
2,00	2	6	5	2	0	<b>15</b>
3,00	2	1	1	1	0	<b>5</b>
4,00	0	0	1	0	0	<b>1</b>
6,00	0	1	0	0	0	<b>1</b>
n = 157		Pearson`s R= 0,174				

Fonte: Pesquisa Os efeitos do associativismo no desempenho parlamentar feminino, 2015.

A Tabela 4 indica uma correlação fraca entre cargos de lideranças e índice de associativismo, o teste de Pearson`s R indica um valor de ,174. Os dados demonstram que 42% das deputadas ocuparam de 1 a 6 cargos de liderança. Esse resultado é importante, pois demonstra haver uma correlação positiva entre as variáveis observadas. Desse modo, podemos sugerir que para o caso de cargos de liderança nossa hipótese se confirma: as deputadas mais participativas em associações são também as mais eficazes no sentido de ocupação de cargos de liderança no Congresso.

### **4.3 Há afinidade temática entre o vínculo associativo das deputadas e os projetos que elas participam no congresso?**

A próxima tabela demonstra a afinidade entre as áreas temáticas dos projetos que as parlamentares atuaram durante os seus mandatos para as legislaturas analisadas e os vínculos associativos delas. Com isso, buscamos identificar o efeito da participação em associações na instituição, ou seja, o quanto a participação em associações influencia as temáticas em debate no campo institucional.

A Tabela 5 indica o percentual de afinidade entre temática dos projetos propostos pelas deputadas e os vínculos associativos das deputadas consideradas neste estudo. É importante destacar que mais de 50% do total de deputadas consideradas neste estudo apresentam pelo menos 1 tipo de vínculo associativo, conforme os dados apresentados na tabela 1 deste estudo.

**Tabela 5** – Percentual de afinidade temática das deputadas com os seus vínculos associativos e projetos propostos

<b>Grupo Associativo</b>	<b>Afinidade Temática</b>	<b>N</b>	<b>N Válido</b>	<b>TAU (Tb)</b>
Defesa de Grupo	100,00%	99	5	<b>,364</b>
Fiscalização do governo	100,00%	98	1	<b>,154</b>
Associação Profissional	85,00%	99	20	<b>,840</b>
Estudantil	85,00%	99	20	<b>,618</b>
Direitos humanos	68,80%	99	16	<b>,485</b>
Sindicatos	58,30%	98	48	<b>,331</b>
Organização de mulheres	56,50%	99	23	<b>,310</b>
Organização assistencial	50,00%	99	8	<b>,272</b>
Comunitário	43,80%	99	8	<b>,451</b>
Religioso	14,30%	99	7	<b>,185</b>

Fonte: Pesquisa Os efeitos do associativismo no desempenho parlamentar feminino, 2015.

No Portal da Câmara dos Deputados pesquisamos os temas dos projetos propostos que as deputadas participaram durante as três últimas legislaturas e buscamos relacionar a afinidade temática dessa atividade com o vínculo associativo das parlamentares consideradas neste estudo. Por meio de tabelas de frequência e o teste estatístico TAU (Tb) observamos o percentual de projetos que apresentaram afinidade com os vínculos associativos das deputadas e a intensidade dessa associação. Nesse sentido, identificamos, por exemplo, se as deputadas com participação em associações sindicais propuseram projetos com afinidade temática a esse vínculo associativo. Dessa forma, a tabela 5 indica que todas as deputadas com vínculos associativos para defesa de grupos e fiscalização do governo propuseram projetos na área temática a fim, por isso, o percentual de 100% de afinidade temática com o vínculo associativo. Para os vínculos associativos associação profissional e estudantil, das 20 deputadas presentes nesse grupo associativo, 85,00% delas apresentaram afinidades temáticas entre projetos propostos e os vínculos respectivamente.

Em relação ao grupo de deputadas com vínculos referentes a direitos humanos, 68,80% dessas mulheres apresentaram afinidade entre projetos propostos e o vínculo. Já o grupo de deputadas com vínculo sindical, 58,30% de parlamentares desse grupo propuseram projetos na mesma área temática do vínculo associativo, enquanto o grupo organização assistencial, 50,00% de deputadas apresentaram projetos com temática assistencial. Para o grupo associativo com vínculos comunitário, 43,80% das parlamentares desse grupo apresentou afinidade temática entre os projetos propostos e o vínculo assistencial. Por último, o grupo associativo com vínculos religiosos, 14,30% das deputadas analisadas apresentaram projetos na área temática religiosa.

No caso das deputadas com vínculo associativo sindical, das 48 mulheres presentes nesse grupo associativo, aproximadamente 28 delas apresentaram afinidade temática entre projetos

propostos e o vínculo associativo sindical. Apenas os grupos associativos, comunitário e religioso, apresentaram um percentual abaixo de 50% de projetos propostos com afinidade à área temática do grupo. É importante observar, que as deputadas não apresentaram afinidades temáticas entre proposição de projetos e o vínculo associativo referente ao meio ambiente.

Realizamos o teste de associação TAU (Tb) para cada área temática, o qual apresentou uma forte associação referente à afinidade entre o tema do projeto proposto e o vínculo associativo com das seguintes áreas: associação profissional (,840) e estudantil (,618). Para as áreas temáticas: direitos humanos (,485), comunitário (,451) defesa de grupos (,364), sindicatos (,331), organização de mulheres (,310) e organização assistencial (,272) o teste apresentou uma associação moderada e para a área temática fiscalização do governo (,154) e religioso (,185) o teste resultou em uma fraca associação entre o tema desses projetos e o vínculo associativo.

Observamos uma forte associação da afinidade entre os temas dos projetos propostos e os vínculos associativos de associação profissional e movimento estudantil. Assim, evidencia-se que a participação das deputadas em associações sindicais, profissionais e movimento estudantil, contribuem para o aumento da presença feminina em atividades parlamentares relacionadas ao mundo do trabalho, como é o caso da atividade proposição de projetos.

O teste estatístico indicou uma associação moderada referente à afinidade entre projetos propostos na área de organizações de assistência social e o vínculo das deputadas. No entanto, o grupo de deputadas com vínculo assistencial é composto por apenas 8 parlamentares, o que indica uma reduzida presença de mulheres nesse grupo associativo. Essa relação indica que há parlamentares atendendo as demandas dessas associações, no entanto nem todos apresentam vínculos associativos com as mesmas, isso pode explicar a reduzida presença de deputadas no grupo associativo assistencial. Por fim, o teste de associação indicou uma fraca associação da afinidade entre os projetos apresentados nas áreas de fiscalização do governo e religioso e os vínculos associativos dessa área.

## **Conclusão**

Os resultados deste artigo buscaram testar a hipótese de que os vínculos associativos importam para o desempenho parlamentar das deputadas, os quais podem ser identificados nas atividades parlamentares que foram consideradas nesta pesquisa, como se segue: proposição e aprovação de projetos presença em cargos de liderança. Assim, a principal pergunta que permeia esta pesquisa é qual o impacto desses vínculos associativos no desempenho parlamentar feminino.

A partir do trabalho dos autores Almeida, Lüchmann e Ribeiro (2012) foi possível identificar os vínculos associativos das deputadas consideradas neste estudo, ou seja, o número de vínculos e os tipos de associações apresentados por cada uma dessas mulheres. Por meio dessas informações, esta pesquisa realizou um mapeamento dos projetos de leis propostos com autoria feminina, e classificou a área temática dessas proposições conforme a classificação dos vínculos

associativos das parlamentares em questão, além de identificar o número de proposições aprovadas e sua área temática, e a presença feminina em cargos de liderança.

Primeiramente procuramos saber se as deputadas com mais vínculos associativos são as mais ativas, ou seja, mais participativas nas atividades parlamentares. Os resultados observados nas atividades proposição de projetos indicam que há uma correlação quase nula entre as atividades parlamentares investigadas e o índice de associativismo das deputadas analisadas. Nesse caso, podemos rejeitar a hipótese de que os vínculos associativos importam para o desempenho das atividades parlamentar feminina, visto que as deputadas mais participativas em associações, não são necessariamente as mais ativas no congresso.

Em segundo lugar, analisamos qual a importância do efeito associativo no desenvolvimento individual das deputadas. Segundo Warren (2001), os membros desses grupos tendem a desenvolver habilidades e assim obter maior eficácia política nos processos de negociação e resolução de conflitos, além do conhecimento de leis e questões trabalhistas. Logo, nossa hipótese é de que o desenvolvimento dessas habilidades contribui para o desempenho parlamentar feminino, tornando as deputadas mais eficazes.

Nesse sentido, observamos a relação entre o índice de associativismo e o número de aprovação de projetos, índice de eficácia parlamentar feminina e a presença das deputadas em cargos de liderança. Em relação à aprovação de projetos e índice de eficácia parlamentar, essas atividades apresentaram uma fraca correlação com o índice de associativismo. No caso no índice de eficácia apresentou uma correlação negativa. Em relação à presença parlamentar feminina em cargos de liderança apresentou correlação fraca com índice de associativismo. O que nos permite concluir que a participação em associações contribui para o desempenho de habilidades individuais e para a presença das deputadas em cargos de liderança no parlamento. Lembrando que as mulheres fazem parte de um grupo minoritária na câmara parlamentar.

Em terceiro analisamos a presença dos efeitos associativos no meio institucional, por meio da associação referente à afinidade temática entre projetos propostos e os vínculos associativos das deputadas. No caso da proposição de projetos mais de 50% das deputadas apresentaram afinidade temática entre proposições de projetos e os seus vínculos associativos. Isso implica que há uma presença considerável dos vínculos associativos das deputadas no desempenho das suas atividades parlamentares. Logo, a participação em associações pode ser um mecanismo que contribui para os propósitos representativos, definindo um papel decisivo para a representação de interesses dos seus membros.

Esses resultados destacam a importância em investigar as práticas representativas de grupos sub-representados na política, como é o caso feminino. Porém, verificamos que há outros fatores que interferem na conexão entre a participação e a prática representativa, os quais podem estar relacionados com a dinâmica da câmara, que resulta de um sistema legislativo altamente centralizado, por isso, as habilidades adquiridas por meio da participação em associações não são

suficientes para superar a reduzida presença de deputadas em cargos de liderança e aprovação de projetos.

## Referências

- ALMEIDA, C. C. R.; LÜCHMANN, L. H. H.; RIBEIRO, E. Associativismo e Representação Política no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 8, maio-agosto, p. 237-263, 2012.
- ALMEIDA, Carla C. R.; TONELLA, Celene. Participação Social e Indicadores de Associativismo: um estudo sobre entidades credenciadas pelos Conselhos Municipais de Assistência Social. **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 43-57, abril, 2007.
- BAGGETTA, M. Civic Opportunities in Associations: Interpersonal Interaction, Governance Experience and institutional Relationship. **Social Forces**, v. 88, n. 1, p. 175-199, setembro, 2009.
- BOHNSTEDT, G. W.; KNOKE, D. **Statistics for social data analysis**. 2. ed. Itasca: Peacock, 1988.
- COTTA, Maurizio. Parlamento. In: BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UnB, v. 1, 1998, p. 880.
- CRUZ, M. R. 2009. **Legislativo transformador? As modificações do legislativo nos projetos de leis do executivo**. Brasília. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio Janeiro e Centro de Formação da Câmara dos Deputados. Dissertação (Mestrado em Poder Legislativo). Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2009. 121 p.
- FIGUEIREDO, E.C. dos S. **Sistema de Comissões e o Poder Conclusivo na Câmara dos Deputados**. Brasília. Especialização em Processo Legislativo, Centro de Formação da Câmara dos Deputados, Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2011. 42 p.
- GILL, Jeff. Insignificance of Null Hypothesis Significance Testing. **Political Research Quarterly**, v. 52, p. 647-674, 1999.
- LÜCHMANN, L. H. H. A Representação no Interior das Experiências de Participação. **Lua Nova**, v. 70, p. 139-170, 2007.
- LÜCHMANN, L. H. H. Associativismo e democracia no Brasil contemporâneo. **Em Debate**. Belo Horizonte, v. 3, n.4, p. 44-51, dezembro, 2011.
- LÜCHMANN, L. H. H. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n.85, p. 159-226, junho, 2014.
- PATEMAN, C. **Participação e Teoria Democrática**. Tradução Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Paz e Terra, 1992. 157 p.
- PINHEIRO, L. S. 2006. **Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte**. Brasília. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, 2006. 248 p.
- PITKIN, H. **The concept of representation**. University of California Press, London, England, 1972. p. 323.
- RODRIGUES, A. **Participação política das mulheres e gestão em política de gênero**. Brasília; CFEMEA, 2004. Disponível em: <http://www.cfemea.org.br>. Acesso em 25 jan. 2015.
- SANI, Giacomo. Participação Política. 1998. In: BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora da UnB, v. 1, 1998. p. 888.
- URBINATI, N. 2006. O que torna a representação democrática. **Lua Nova**, São Paulo, v. 67, p.

191-228, 2006.

URBINATI, N. 2006. **Representative Democracy: Principles & Genealogia**. Chigaco Press, 2006. p. 328.

WARREN, M. **Democracy and association**. Princeton: Princeton University, 2001. p. 280.

YOUNG, I. M. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, v. 67, p. 139-190, 2006.

Artigo submetido em: 2021-06-19

Artigo reapresentado em: 2021-06-21

Artigo aceito em: 2021-11-08